



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**RANNIELY ANDRADE ROCHA**

**A MULHER E O MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES A PARTIR DO  
PROJETO DE INTERVENÇÃO “CURSOS PROFISSIONALIZANTES COMO  
PROPOSTA DE ENFRENTAMENTO DO DESEMPREGO”**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2022**

RANNIELY ANDRADE ROCHA

**A MULHER E O MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES A PARTIR DO PROJETO DE INTERVENÇÃO “CURSOS PROFISSIONALIZANTES COMO PROPOSTA DE ENFRENTAMENTO DO DESEMPREGO”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em Serviço Social.

**Área de concentração:** Serviço Social.

**Orientador:** Prof. Me. Fabrício Rodrigues da Silva

**CAMPINA GRANDE – PB  
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R672m Rocha, Ranniely Andrade.

A mulher e o mercado de trabalho [manuscrito] : reflexões a partir do projeto de intervenção "cursos profissionalizantes como proposta de enfrentamento do desemprego" / Ranniely Andrade Rocha. - 2022.

33 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2022.

"Orientação : Prof. Me. Fabrício Rodrigues da Silva, Departamento de Serviço Social - CCSA."

1. Mulher. 2. Desemprego. 3. Desigualdade de gênero. 4. Mercado de trabalho. I. Título

21. ed. CDD 362.83

RANNIELY ANDRADE ROCHA

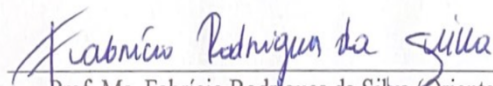
A MULHER E O MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES A PARTIR DO  
PROJETO DE INTERVENÇÃO “CURSOS PROFISSIONALIZANTES COMO  
PROPOSTA DE ENFRENTAMENTO DO DESEMPREGO”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Serviço Social da Universidade Estadual  
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do  
título de graduação em serviço social.

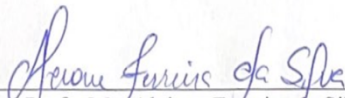
Área de concentração: Serviço Social.

Aprovada em: 30/11/2022.

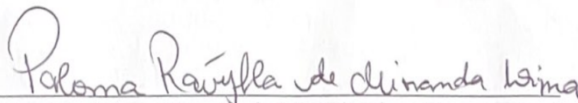
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Fabrício Rodrigues da Silva (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Alcione Ferreira da Silva (Examinadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Paloma Rávylle de Miranda Lima (Examinadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por me fortalecer até aqui e segundo a minha família que é a base de tudo; por me orientarem pelos melhores caminhos e me apoiarem na trajetória educacional. Por fim, dedico aos meus amigos que direta e indiretamente, torceram e torcem pela realização dos meus sonhos.

*“É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta”.*  
*Simone de Beauvoir*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 RECUPERAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA MULHER NO MUNDO DO TRABALHO.....</b>	<b>10</b>
<b>3 A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMO DETERMINANTE NO ACESSO DAS MULHERES AO MERCADO DE TRABALHO.....</b>	<b>15</b>
<b>4 RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO “CURSOS PROFISSIONALIZANTES COMO PROPOSTA DE ENFRENTAMENTO DO DESEMPREGO”.....</b>	<b>19</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>24</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>26</b>
<b>ANEXOS – FOTOS DA EXECUÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO.....</b>	<b>27</b>

**A MULHER E O MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES A PARTIR DO PROJETO DE INTERVENÇÃO “CURSOS PROFISSIONALIZANTES COMO PROPOSTA DE ENFRENTAMENTO DO DESEMPREGO”**

**WOMEN AND THE LABOR MARKET: REFLECTIONS FROM THE INTERVENTION PROJECT “PROFESSIONAL COURSES AS A PROPOSAL TO FACE UNEMPLOYMENT”**

Ranniely Andrade Rocha<sup>1</sup>

**RESUMO**

O presente trabalho problematiza a mulher no mundo do trabalho, recuperando as condições histórico-concretas de sua inserção no mercado de trabalho na perspectiva da totalidade e na particularidade brasileira, o que requer situar a forma como as mulheres se organizam historicamente em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Apresenta como objetivo geral, analisar a importância da formação profissional no enfrentamento da desigualdade de gênero no mercado de trabalho para as mulheres e, objetivos específicos, refletir acerca das lutas sócio-históricas das mulheres no mercado de trabalho; identificar os principais desafios enfrentados pelas mulheres na busca de empregabilidade; e, discutir o gênero feminino da classe trabalhadora e seus entraves frente a formação profissional. Trata-se metodologicamente, de uma reflexão sobre a sistematização da prática profissional pela qual a análise foi realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema “cursos profissionalizantes como proposta de enfrentamento do desemprego”, realizado no âmbito do Estágio Supervisionado em Serviço Social, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Casinhas – PE, que teve como público-alvo as mulheres mães. Infere-se que a ação interventiva ali desenvolvida motivou as mulheres a buscarem sua independência financeira a fim de mudar as suas realidades sociais, buscando alternativas para garantir renda, o que evidencia a importância da formação profissional no acesso das mulheres ao mercado de trabalho, ainda que superar a desigualdade de gênero no mercado de trabalho requer ações de dimensões maiores, as quais fogem do exercício profissional e da própria ação estatal.

**Palavras-Chave:** Mulher. Desemprego. Desigualdade de gênero. Mercado de Trabalho.

**ABSTRACT**

The present work problematizes women in the world of work, recovering the historical-concrete conditions of their insertion in the labor market in the perspective of the totality and in the Brazilian particularity, which requires situating the way in which women organize themselves historically in search of better conditions of life and work. It presents, as a general objective, to analyze the importance of professional training in facing gender inequality in the labor market for women and, specific objectives, to reflect on the socio-historical struggles of women in the labor market; identify the main challenges faced by women in their search for

---

<sup>1</sup> Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I. E-mail: [rannyandrade1213@gmail.com](mailto:rannyandrade1213@gmail.com)



employability; and, to discuss the feminine gender of the working class and its obstacles facing the professional formation. Methodologically, it is a reflection on the systematization of professional practice, through which the analysis was carried out through bibliographical research on the theme “professionalizing courses as a proposal to face unemployment”, carried out within the scope of the Supervised Internship in Social Work, at the Reference Center for Social Assistance (CRAS) in the city of Casinhas – PE, whose target audience was women mothers. It is inferred that the interventional action developed their motivated women to seek their financial independence in order to change their social realities, seeking alternatives to guarantee income, which highlights the importance of professional training in women's access to the labor market, even that overcoming gender inequality in the labor market requires actions of greater dimensions, which are beyond professional practice and state action itself.

**Keywords:** Woman. Unemployment. Gender inequality. Labor market.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho justifica-se pela importância de debater, a priori, um recorte do contexto sócio-histórico de lutas e conquistas da mulher no mercado de trabalho, bem como, a conquista de seus direitos frente ao contexto de dificuldades e desigualdades até então enfrentadas nas mais diversas esferas sociais, sobretudo, em um contexto contemporâneo que carrega raízes patriarcalistas e machistas, além do peso do próprio antagonismo das classes sociais, que diante do modo de produção capitalista, não só produz e reproduz as expressões da “questão social”, mas também, aprofunda-as ainda mais em contextos de crise estrutural, principalmente o desemprego, que recai de forma mais incisiva sobre as mulheres. Sendo assim, é crucial discutir e defender a igualdade de oportunidades, bem como, a equidade de gênero no mercado de trabalho, em que a mulher possa ascender, assim como os homens, tornando-as protagonistas e ocupando ainda mais cargos de liderança, além da garantia de direitos sociais, neste caso, também no âmbito trabalhista.

Diante disso, é válido pontuar que esta temática é relevante para a produção do conhecimento, pois ela possibilita que estudantes, profissionais e pesquisadores desenvolvam uma reflexão crítica da realidade, em especial, sobre as condições precárias que muitas mulheres ainda enfrentam no contexto vigente. Além disso, o trabalho contribui para o acúmulo teórico do Serviço Social brasileiro na medida em que fortalece o debate das “expressões da questão social”, já que o desemprego é uma destas expressões, inclusive, quando se aplica o recorte de gênero, além de contribuir com reflexões sobre o processo de lutas feministas, sobre a desigualdade de gênero ainda existente no mercado de trabalho, bem como, contribuir na reflexão de como estas situações são enfrentadas na contemporaneidade, inclusive, pelo próprio Serviço Social no âmbito dos diversos espaços sócio-ocupacionais ou setores privados.

Partindo desse pressuposto, surgiu o problema da pesquisa: como se enfrenta e ameniza a desigualdade de gênero no mercado de trabalho para as mulheres solo desempregadas e usuárias do CRAS de Casinhas -PE? tendo em vista que as dificuldades se multiplicam quando as mulheres passam a exercer uma dupla jornada de trabalho, que envolve a conciliação de cuidados no âmbito da

reprodução social, ou seja, no âmbito do lar e o exercício profissional, seja ele na esfera da produção capitalista, na circulação, dos serviços, bem como, nos demais exercícios profissionais no âmbito do Estado, sociedade civil, entre outros. Muitas vezes não resta alternativa para elas, a não ser, abdicar do trabalho remunerado para cuidar de seus filhos e dos lares, pois, muitos companheiros não são responsabilizados pela justa divisão do trabalho doméstico, em virtude da própria cultura machista. Além disso, a situação ainda é mais alarmante quando as mães são "solos", o que não significa dizer que não existem mães solas casadas, e não possuem nenhum suporte até mesmo da própria família, estando impossibilitadas de estudar e até mesmo de ir em busca de emprego.

Tal problema de pesquisa parte também do pressuposto da própria existência das diferenças salariais em relação aos homens em determinadas profissões, sendo recorrente as mulheres o trabalho mal remunerado, polivalente, exploratório, além da falta de respeito, igualdade e segurança para com elas e isso não só tem relação com o determinante maior que é a modalidade de exploração da força de trabalho no capitalismo/divisão sexual do trabalho mas também, com o patriarcalismo que imperou e ainda impera na realidade social.

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar a importância da formação profissional no enfrentamento da desigualdade de gênero no mercado de trabalho para as mulheres mães usuárias do CRAS da cidade de Casinhas-PE. Como objetivos específicos, traçou-se refletir acerca das lutas sócio-históricas das mulheres no mercado de trabalho; identificar os principais desafios enfrentados pelas mulheres na busca de empregabilidade; e, discutir o gênero feminino da classe trabalhadora e seus entraves frente a formação profissional. A partir disso, a presente pesquisa caracteriza-se como de natureza bibliográfica e de abordagem qualitativa. Sobre a natureza bibliográfica da pesquisa,

Sua base é a análise de material já publicado. É utilizada para compor a fundamentação teórica a partir da avaliação atenta e sistemática de livros, periódicos, documentos, textos, mapas, fotos, manuscritos e, até mesmo, de material disponibilizado na internet etc. Este tipo de pesquisa fornece o suporte a todas as fases de um protocolo de pesquisa, pois auxilia na escolha do tema, na definição da questão da pesquisa, na determinação dos objetivos, na formulação das hipóteses, na fundamentação da justificativa e na elaboração do relatório final. (FONTELLES, 2009, p. 07).

Portanto, o trabalho segue primeiramente por uma pesquisa bibliográfica em autores de referência, a fim de compor a fundamentação teórica da temática abordada, problematizado e subsidiando a compreensão dela, sendo os itens teóricos intitulados de *“Recuperação sócio-histórica da mulher no mundo do trabalho”* e *“A qualificação profissional como determinante no acesso das mulheres ao mercado de trabalho”*. A partir das discussões realizadas nestes, foi possível fundamentar também a análise do item dos resultados e discussões da pesquisa, que é constituído de um relato de experiência.

O relato de experiência que compõe este trabalho é proveniente da execução do projeto de intervenção intitulado de *“cursos profissionalizantes como proposta de enfrentamento do desemprego”*, realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do município de Casinhas – PE, no período de 01/08/2022 a 22/08/2022, como programação do Estágio Supervisionado em Serviço Social II e III, realizado no mesmo equipamento.

Assim, o relato reúne e expõe informações da experiência do projeto de intervenção que foi realizado, detalhando as ações desenvolvidas para que possam

ser problematizadas e analisadas, levando em consideração, inclusive, as impressões que a discente estagiária vivenciou em campo<sup>2</sup>, também na qualidade de interventor e pesquisador, fazendo uso da técnica de observação simples e registros do diário de campo, incidentes sobre todo o processo, o que inclui o processo de trabalho profissional desenvolvido e a participação dos sujeitos envolvidos no mesmo processo.

## 2 RECUPERAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA MULHER NO MUNDO DO TRABALHO

A mulher inserida numa sociedade machista e patriarcalista carrega consigo uma polivalência naturalizada, haja vista que, historicamente, ela era submetida aos afazeres domésticos, na esfera da reprodução social, o que inclui cuidar das crianças, sendo desprovida de voz e de direitos. Cabe ressaltar, também, que se tratando de raça, as mulheres negras, no período colonial/imperial, eram escravizadas, abusadas pelos seus patrões e ainda tidas como amas de leite, ou seja, eram assediadas pelos seus patrões, engravidavam, no mesmo período que as suas patroas, com a finalidade de amamentar estas crianças. Dito isso, fica claro que a mulher, sobretudo, a negra, era tida como recatada, submissa, silenciada, escravizada e abusada sexualmente. Como salienta Souza *et al.* (2012, p. 03):

Nas sociedades agrícolas antes de Cristo, as mulheres eram incumbidas de gerar filhos, cuidar deles e fazer pequenos trabalhos com animais ou plantações. Esse contexto continuou até o início do capitalismo, quando as fábricas começaram a admitir mulheres por serem uma força de trabalho mais barata – ainda mais em tempos de crise. Hoje, as mulheres geram filhos, cuidam deles e do lar, trabalham fora de casa, pagam contas, votam, ganham salários e continuam sendo discriminadas. No mundo do trabalho e da participação política, arranjar uma brecha para dar opinião ou garantir um salário melhor nunca foi fácil, muito menos para as mulheres que eram vistas como servas do lar e da procriação.

Logo, é válido pontuar que historicamente a classe feminina passou por um processo de lutas e conquistas, a passos lentos, principalmente no âmbito trabalhista em que elas exerciam uma dupla jornada de trabalho, o doméstico e o remunerado, sendo totalmente sobrecarregada de tarefas, sem qualquer condição de descanso ou benefício, o que favorecia a grande lucratividade para os seus empregadores e, ainda, para os seus companheiros, já que o trabalho no âmbito do lar não é remunerado e tende a favorecer a figura masculina. Sendo assim, estas mulheres começaram a reivindicar pelos seus direitos por volta do século XIX, como podemos observar a seguir.

Essa busca pelos seus direitos e condições de trabalho ocorreu por meados do século XIX, e tinha como característica a formação de um grupo organizado lutando pelo mesmo objetivo. Como citado anteriormente a mulher foi submetida a uma dupla jornada de trabalho, pois cuidava de sua casa e depois ia para seu trabalho remunerado, e nos seus trabalhos era submetidas a uma grande jornada com várias horas seguidas de trabalho sem nenhum tipo de descanso ou benefício, no qual isso era a característica

---

<sup>2</sup> O que possibilita destacar que as análises aqui feitas, a partir do relato de experiência, são relativas de uma realidade empírica, já que o projeto de intervenção foi desenvolvido em campo, ou seja, numa realidade social histórico-concreta da qual a própria discente estagiária fez parte.

da revolução industrial, os empregadores buscam apenas o lucro e não davam nenhum tipo de condição para a classe operacional. (CAMARGO, 2010, p. 14).

Sendo assim, observa-se que o sistema capitalista desde mais precisamente o período da primeira Revolução Industrial, tinha como principal meta obter lucro por meio da exploração da classe trabalhadora, sobretudo, do trabalho das mulheres que eram submetidas a longas jornadas de trabalho, sem ao menos ter descanso. Em contrapartida, o sistema capitalista desenvolve artimanhas que resultam em benefícios próprios e ao mesmo tempo promovem o aprofundamento das “expressões da questão social”, principalmente em relação ao desemprego, como afirma Guiraldelli (2014, p. 101) [...] profundas alterações no mundo do trabalho podem ser observadas, com queda no ritmo de crescimento e acentuados níveis de desemprego e miséria da população, o que contribui para o aprofundamento e agudização da questão social.

Essa desigualdade social, é fruto do antagonismo de classes que afetam drasticamente a vida do trabalhador, principalmente das mulheres mães que assumem uma dupla função de pai/mãe, além disso, muitas encontram-se desempregadas o que contribui para um maior aprofundamento de miserabilidade social. O gênero feminino assume uma grande responsabilidade, uma vez que, muitas delas não dispõem de uma parceria da figura masculina e ainda sobrevivem em meio às desigualdades de gênero no mercado de trabalho, como bem pontua Oit (2009), Offer, Schneider (2011), Meier *et al.* (2014, p. 6):

Observa-se uma sobrecarga de responsabilidades para as mulheres, que se traduz na persistência das desigualdades de gênero tanto no mercado de trabalho quanto na esfera privada, afetando as possibilidades de acesso a um trabalho decente, a vida familiar e o bem-estar das mulheres.

Diante disso, é notório a super responsabilidade que é imposta à mulher desde muito cedo, além da persistência de desigualdades de gênero nas mais diversas esferas sociais, sobretudo, no mercado de trabalho, já que ela é condicionada a condições desumanas e muitas vezes são mal remuneradas. Além disso, como dito anteriormente, ainda existe uma grande parcela que está desempregada e sofre ainda mais, seja por falta de uma alimentação digna, questões de saúde, dentre outras situações como pontua Segnini (2006, p. 9)

[O desemprego] é humilhação com o ser humano. Aí você vê quantas coisas tá acontecendo né, sequestro aqui em São Paulo, aí mete o pau, bate, mas isso é o desespero dos mais novos [mais jovens], gente que tem a cabeça no lugar. Você sofre [entrevistada chorando], passa sofrendo. Cê vê, eu tô com um dente na minha boca, faz uma semana que tá doendo esse dente, eu não tenho condições de ir ao dentista, conta Emilene.

O relato de Emilene, apresentado no estudo de Segnini (2006), representa a realidade de muitas mulheres que estão desempregadas, vivem à margem da sociedade em meio a violência e não possuem sequer condições de obter condições mínimas de cuidados com a saúde, alimentação, moradia dentre outras questões. Uma verdadeira injustiça social, fruto de um sistema desigual e desumanizador. Por esta razão, é tão relevante garantir às mulheres, principalmente as que são mães, uma educação de qualidade, tais como cursos profissionalizantes ou técnicos que possam ajudar as mesmas a saírem desse montante de desempregados, pois

conquistaram também seus espaços no mercado de trabalho, por meio dos conhecimentos adquiridos na qualificação profissional, seja de médio, técnico ou nível superior.

Partindo disto, a década de 60 foi um marco histórico para as mulheres, pois, apesar de serem inseridas nas fábricas para exercer um trabalho mal remunerado, foi a partir dessa realizada que elas se tornaram capazes de lutarem de forma engajada, em prol de defender seus direitos e apresentar a sociedade o seu empoderamento. Dito isso, é válido pontuar que estes movimentos feministas também tinham como objetivo conseguir a igualdade entre os gêneros, principalmente no ramo trabalhista, uma sociedade livre de rotulações, preconceitos e discriminações, sejam elas de qualquer natureza. Como bem situa Souza, *et al.* (2012, p. 05):

A década de 1960 foi importante para a história das mulheres. Muitas começaram a trabalhar em fábricas e, esqueceu-se um pouco, da característica necessária que toda mulher era obrigada a ter: a de dona do lar. Os movimentos feministas dessa época não se limitavam ao voto ou ao salário, mas, a um lugar na sociedade onde julgamentos não fossem feitos o tempo todo. Estes são alguns exemplos de lutas, superações e pedaços da história que contaram com a participação das mulheres. A revolta das mulheres, a vontade de defender seus direitos e a necessidade de mostrar para o mundo a capacidade feminina, formou a base do ideário feminista. Os movimentos voltados para a valorização da mulher lutavam principalmente pela equivalência entre os gêneros.

Tratando-se dos movimentos feministas, é importante refletir sobre alguns movimentos que marcaram a história brasileira, uma vez que as mulheres uniram suas forças para, aos poucos, ocupar determinados espaços sociais e garantir seus direitos, até mesmo os mais básicos. Em uma lógica de recuperação temporal, por volta do século XIX, as mulheres iniciaram suas primeiras manifestações, buscando, a priori, uma menor jornada de trabalho para poder então conciliar com os afazeres domésticos, pois elas enfrentaram mais de 16 horas de trabalho. Outro fator interessante é que com o surgimento das primeiras fábricas, as famílias passaram a residir aos arredores dos seus setores de trabalho por passar mais tempo naquele ambiente do que na própria casa, esta aproximação domiciliar com o local de trabalho era a única alternativa que o sistema oferecia.

Estas mulheres também lutavam por uma escola para seus filhos e benefícios para suprir suas necessidades mais gritantes. Ao longo do tempo, mais precisamente no século XX, estas manifestações ganharam mais intensificação, sendo nomeada de movimento feminista, que focava na construção de uma nova ordem social, cultivando valores, uma nova moral e cultura, uma verdadeira luta contínua e intensa pela democracia social a fim de conquistar a igualdade entre os gêneros. As mulheres que aderiam a este movimento eram estereotipadas de “mal-amadas” e sofriam ainda mais discriminação.

As mulheres que assumiram o movimento feminista foram vistas como "mal-amadas" e discriminadas para tentar a igualdade de direitos, para tentar suprimir a desigualdade de gênero. Com isso dificultou essa busca pois além já sofrerem discriminação por ser mulher e estar trabalhando, as mulheres que buscavam seus direitos sofriam mais discriminação. (CAMARGO, 2010, p. 14)

Sendo assim, o movimento feminista deu-se em três ondas. A primeira delas ocorreu entre os séculos XIX e XX, prezando a igualdade de direitos entre os

gêneros e estando em desacordo com os arranjos matrimoniais. Já a segunda onda, iniciou-se na década de 60 e estendeu-se até a década de 80, sendo uma continuação da primeira. É válido frisar que este ativismo se volta a outras questões, em especial, ao sufrágio feminino, movimentos pelos direitos sexuais, econômicos e reprodutivos, por volta do final do século XIX. Em relação à terceira onda, ela surge nos anos 90 e perpetua-se até os dias vigentes, com o objetivo de reivindicar melhorias, baseadas em falhas ocorridas no último movimento. As feministas desta terceira onda refletiam sobre o que é bom ou não para as mulheres.

Partindo desse pressuposto, o ativismo feminino foi e continua sendo importante para superar com excelência, a posição ainda inferiorizada das mulheres na sociedade, as relações desiguais de gênero, a conquista de espaços trabalhistas em que ainda predomina o gênero masculino, dentre outras problemáticas que ainda alimentam mecanismos excludentes. Sendo assim, no Brasil, a classe feminina ingressou no mercado formal de trabalho por volta dos anos de 1970, sendo um trabalho assalariado e com carteira assinada. Todavia, as atividades realizadas por elas eram restritas aos cuidados, desenvolviam funções tais como: professoras, serviços domésticos, enfermeiras, educadoras em creches, enquanto no setor fabril, existia uma parcela mínima de suas participações.

Logo, inicia-se a criação de direitos trabalhistas para as mulheres, por meio dos movimentos feministas, no país, uma vez que elas eram submetidas a longas jornadas de trabalho, (entre 14 a 18 horas), sendo exploradas e discriminadas, o que resultou numa maior concentração de renda e ao mesmo tempo o aprofundamento das desigualdades sociais, já que o país enfrentava uma nova estruturação política e econômica. Desde então, leis foram feitas em benefício das mulheres, como consta na Constituição de 1932:

Sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor corresponde ao salário igual; veda-se o trabalho feminino das 22 horas às 5 da manhã; é proibido o trabalho da mulher grávida durante o período de quatro semanas antes do parto e quatro semanas depois; é proibido despedir a mulher grávida pelos simples fato de gravidez.

Dito isso, as mulheres puderam ser asseguradas de melhores condições trabalhistas, além de serem beneficiadas a cuidar das atividades domésticas. Esta lei também garantiu a elas um melhor bem-estar, poupando-as do trabalho noturno e igualdade salarial, sem distinção sexual, pelo menos no plano normativo. Tratando-se da década de 1980, este período foi marcado pelo crescimento da classe feminina no mercado de trabalho, mas ainda sendo alvo de preconceitos, discriminações e desigualdades salariais, resultando num aprofundamento da concepção de trabalho inferior em relação ao do homem.

Vale constar que neste recorte histórico, inscreveu-se na realidade social brasileira a ditadura militar, o que atrapalhou muito a luta feminista, mesmo assim, a classe ativista intensificou-se levantando discussões no combate as contradições do papel familiar da figura feminina e em relação ao combate da violência contra a mulher. Além disso, nesta mesma década surgem os primeiros trabalhos informais da classe feminina, desprovidos de direitos, sem registros em carteiras e ainda com diferenças salariais.

Partindo desse pressuposto, convém relatar sobre os avanços da classe trabalhadora feminina, no período de redemocratização brasileira, uma vez que, os movimentos femininos reconheciam que este processo de lutas favorecia a transformação de padrões culturais tão enraizados e desiguais. Além disso, estes

grupos femininos ganham expressividade, uma vez aliadas a outros movimentos, elas não só buscavam reverter sua subordinação, mas também lutavam por diversos fatores dentre eles: melhores condições socioeconômicas, trabalho justo, equidade de gênero, defendiam as causas das mulheres negras, a erradicação dos abusos sexuais, da violência contra a mulher, dentre outras situações. Ademais, estes grupos eram formados por mulheres de várias classes sociais, bem como grupo de lésbicas, negras, ativistas, dentre outros.

Para se ter uma ideia do sucesso da representação das organizações de mulheres [...] no que tange aos direitos das mulheres, das 249 leis aprovadas, 200 o foram após a Constituinte de 1988, um marco de mobilização das mulheres na política brasileira [...] um marco porque os movimentos de mulheres conseguiram que 80% de suas reivindicações fossem incorporadas ao texto constitucional. Desde 1990, as organizações feministas junto à Câmara Federal, assim como nas agências estatais, têm logrado avanços na legislação no campo dos direitos das mulheres. (AVELAR, 2013, p. 292).

Sendo assim, fica evidente que a organização dos movimentos feministas surtiu muito efeito, tornando-se um marco histórico brasileiro, pois garantiram, constitucionalmente, 80% de suas reivindicações, expressando no ordenamento jurídico, pela primeira vez na história, a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros, ainda que os desafios continuem na realidade histórica concreta. Isso só reafirma o salto positivo da classe feminina em se engajar coletivamente em prol de fazer valer os seus direitos. Dentre as conquistas de tantos direitos, prevista pela Constituição de 88, para as mulheres, é relevante relatar o asseguramento do direito ao salário-maternidade, entre outros.

Já na década de 1990, ocorreu uma elevada taxa de desemprego, como consequência da crise estrutural do capital dos anos 70 e quem mais sofreu com esta questão foram as mulheres, pois exerciam trabalhos operacionais e ainda recebiam salários bem abaixo dos que os homens recebiam. Porém, mesmo diante de um contexto de estagnação econômica a situação de desemprego da época estava mais desfavorável para os homens. Outro fator que marcou a época, foi o assédio sexual que estas mulheres enfrentavam, pois o mercado de trabalho era predominantemente masculino e para elas conseguirem uma oportunidade trabalhista teriam que atender a dois critérios: obter o conhecimento específico na área desejada de atuação profissional e ter uma bela aparência física.

Nos anos 2000, o mercado de trabalho tornou-se mais amplo e diversificado para o público feminino, reduzindo assim a porcentagem de empregabilidades domésticas. Este fato está intimamente relacionado com a qualificação profissional das mulheres, já que elas têm se preparado ao longo dos anos, destacando-se em seu desempenho profissional e pessoal. Isso resulta no ingresso em profissões privilegiadas, bem como, no investimento de ações governamentais que buscam sanar a desigualdade de gênero. Juliio (2002, p. 136) afirma que:

A vida profissional compartilhada com as mulheres tem se revelado mais ativa, mais colorida e mais interessante. Esse intercâmbio de conhecimentos e sensibilidades tem se mostrado proveitoso para ambas as partes. Troca-se razão por criatividade, matemática por poesia, disciplina por afetividade. E vice-versa. Reafirmo a necessidade de aprendizado permanente e as mulheres são boas professoras por natureza. Enfim, diria que não importa o sexo ou a opção sexual. Quem aspira a uma carreira de sucesso tem que assumir, de agora em diante, um perfil mais feminino. E este conselho vale também para as mulheres que ainda não descobriram suas próprias virtudes.

Partindo da reflexão acima é importante frisar que o trabalho, independente do gênero que o executa, deve ter um perfil feminino, já que as mulheres possuem diversas habilidades natas que as tornam mais ativas e produtivas, podendo sim ser motivo de inspiração para a classe masculina e principalmente para aquelas mulheres que ainda não reconhecem seu verdadeiro potencial e empoderamento. Dito isso, este perfil é cobiçado pelo próprio sistema capitalista, no mercado de trabalho, que almeja a lucratividade por meio do trabalho polivalente, que se configura como uma atividade exploratória, pois a mão de obra ainda é barateada, principalmente quando se trata de subempregos.

### **3 A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMO DETERMINANTE NO ACESSO DAS MULHERES AO MERCADO DE TRABALHO**

Um dos determinantes que possibilitou o avanço das mulheres no mercado de trabalho foi, sem dúvidas, o acesso destas a qualificação profissional, que acima estava os interesses do próprio capital, já que por sua vez tem contribuído também no acesso destas a postos de trabalho com maiores garantias e estabilidade financeira. Porém, é válido ressaltar que ainda existem desafios para que esta conquista possa se concretizar, uma vez que, muitas mulheres enfrentam na contemporaneidade, situações indesejáveis, tais como, o preconceito, situações de assédio, desigualdades salariais em relação aos homens, discriminações, além de exercer uma dupla ou tripla jornada de trabalho, pois muitas além de obter um trabalho assalariado, executam atividades domésticas e, até mesmo, maternais, sem contar com a ajuda de qualquer parentesco. Para Furlanetto (2011, p. 16):

A mulher que desenvolve atividade fora do lar enfrenta, muitas vezes, dupla ou até tripla jornada de trabalho. Ocupa-se em desempenhar funções profissionais para ajudar o orçamento doméstico e ainda, no seu dia a dia, preconceitos de toda ordem: ganhar salário menor que o homem que executa a mesma tarefa, discriminação por ser mulher, e obrigação de estar sempre bonita e pronta para vencer as dificuldades de uma sociedade machista.

Partindo desse pressuposto, um dos maiores desafios que a mulher enfrentou e enfrenta no contexto vigente é encarar uma sociedade ainda machista, que a considera frágil e que transfere todas as responsabilidades domésticas para ela, deixando-a, muitas vezes submissa a estes afazeres, excluindo-as do contexto de formação acadêmica profissional, o que dificulta a oportunidade de acesso ao mercado de trabalho. Tratando-se disso, quem mais sofre com esses impasses são as mulheres em maior estado de vulnerabilidade social, já que, muitas delas, não possuem nem o ensino básico e são assujeitadas, muitas vezes, a enfrentarem o antagonismo de classes de forma a naturalizar a sua situação de vulnerabilidade social, por obterem um conhecimento limitado acerca das determinações que condicionam essa realidade social, próprias do capitalismo. Como cita Riani *et al.* (2013, p. 15):

A desigualdade de gênero no mercado de trabalho pode ser atribuída aos diferentes papéis desempenhados. As mulheres, maiores responsáveis pelos cuidados da casa e dos filhos, estão sujeitas a uma menor participação nos processos produtivos. Para aquelas que integram a força de trabalho, configura-se a necessidade de conciliar atividades produtivas e atividades reprodutivas (relativas à família). Nesse contexto, a presença de



filhos pequenos é um dos elementos que mais acirram as dificuldades femininas. Outra questão central ao tema trabalho feminino diz respeito à precariedade, situação ainda frequente entre trabalhadoras, apesar do crescimento de mulheres instruídas. Além disso, persistem as diferenças de rendimentos entre os sexos, oriundas, entre outros fatores, das distinções entre os gêneros na distribuição entre as diferentes ocupações, dotadas de status desiguais.

Retomando ao contexto histórico, a mulher foi conquistando um pequeno espaço no mercado de trabalho a partir da primeira Revolução Industrial, já que a mão de obra masculina se tornou escassa devido a atuação deles na I e II Guerra Mundial e, diante disso, elas tiveram que assumir a manutenção de suas famílias. Não só as mulheres, mas também as crianças, passaram a desempenhar atividades secundárias nas fábricas, o que hoje, na realidade brasileira, com a existência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), se configura como uma violação dos direitos deste público. Dessa forma, as mulheres eram consideradas pelos seus empregadores como pessoas dóceis e manipuláveis, já que isso fazia parte da sua condição conjugal, que era obedecerem a seus esposos, realidade esta que ainda no século XXI é alimentada em muitos relacionamentos. Os empregadores da época também recebiam vantagens na contratação do público feminino devido ao barateamento desta mão-de-obra. Ou seja, as mulheres ganhavam espaço no ramo empregabilístico, mas a duras penas.

A participação da mulher no mercado de trabalho começou de fato com a I e II guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945, respectivamente), pois quando seus esposos iam para a guerra elas não tinham como manter suas casas e por isso se viram na obrigação de irem em busca de renda para sustentar seus filhos. Com o final da guerra, além de toda destruição que deixaram muitos dos esposos que iam não voltavam, pois haviam morrido nas batalhas e os que voltavam não tinham condições de trabalho, pois haviam sido mutilados e por essa razão elas continuaram a trabalhar fora de suas casas, pois se tornaram chefes de lares. (CAMARGO, 2010, p. 19).

Mesmo diante de toda essa desigualdade de gênero, a mulher ainda vem conquistando seu espaço no mercado de trabalho e em outras esferas sociais, sendo valorizadas e ocupando cargos de prestígio, mesmo que ainda enfrentam situações desagradáveis, especialmente, quando se trata do reconhecimento salarial. Cabe pontuar que as mulheres ao ingressarem no mercado de trabalho sofrem com preocupações sociais e familiares, principalmente quando se têm filhos, ausência de uma formação educacional exigida muitas vezes pelas empresas, experiências limitadas, subordinações e até mesmo o fato de resistir diariamente as cobranças, pressões sociais e ao machismo. É fato que o ramo trabalhista deveria considerar as habilidades do trabalhador dentro dos setores trabalhistas, independente do gênero, além de os salários e tratamentos serem equitativos. Como pontua Bruschine (1995, p. 75):

O trabalho feminino não depende tão somente da demanda do mercado e das suas qualificações para atendê-la, mas decorre também de uma articulação complexa de características pessoais e familiares. A presença de filhos, associada ao ciclo de vida das trabalhadoras, à sua posição no grupo familiar - como cônjuge, chefe de família etc. e a necessidade de prover ou complementar o sustento do lar, são fatores que estão sempre presentes nas decisões das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho.

Por outro lado, com os avanços tecnológicos ao decorrer do tempo e a descoberta dos métodos contraceptivos, a mulher tornou-se mais livre em decidir em quando e quantos filhos decide ter, proporcionando-a uma maior autonomia de sua vida, sem ter que se desdobrar nas funções e, principalmente, em não ter que renunciar a alguma de suas atividades, principalmente a remunerativa. Porém, a mulher não pode ser reduzida ao trabalho, a maternidade ou aos afazeres domésticos, ela pode contribuir em várias esferas sociais, sendo cada vez mais valorizada e respeitada como frisa Aambert (1986, p. 112):

As mulheres hoje podem ser respeitadas e valorizadas, não porque são boas parideiras, e sim por tudo aquilo que de bom e belo, além de fazer filhos, podem dar à humanidade, seja no campo do trabalho, das pesquisas científicas, do ensino, dos esportes, da literatura ou das artes.

Sendo assim, é importante frisar que cada vez mais as mulheres estão buscando o seu reconhecimento pessoal e profissional, buscando qualificação profissional em todos os níveis, bem como, a sua independência financeira, enxergando que podem ir muito além do que a sociedade machista oferece a elas, podendo elas reafirmarem que as diferenciações de gênero não classifica um melhor que o outro, mas obtendo entre si, complementariedades e especialidades. Dito isso, é fato que o impedimento das mulheres ocuparem cargos mais altos não está fundamentado no perfil impróprio ou incapacidade delas, pois ao longo do tempo a classe feminina tem se mostrado apta a ocupar cargos, dos mais diversos com muita responsabilidade, autoridade e sobretudo, capacidade, desde que sejam dadas condições iguais de oportunidade, inclusive, no âmbito da formação profissional. Conforme Cintra e Eva (2014 p. 14):

A mulher tem cada vez mais procurado estudar e aperfeiçoar para melhorar o curriculum e ter facilidade de ser reconhecida no mercado; tendo como objetivo ampliação de conhecimento e conquista de melhores condições no mercado; como: melhores salários, melhores cargos, respeito, autonomia e diversos outros benefícios que o estudo possa lhes oferecer como liberdade e independência financeira. Existem pesquisas que apontam que os salários das mulheres são mais baixos que dos homens, e que ocupam a maioria cargos baixos e que são os trabalhos mais intensivos; já os cargos que exigem mais experiência e de desenvolvimento tecnológico ficam à cargo dos homens que ocupam também a maioria dos cargos de chefia.

O que se percebe, diante disso, é que mesmo a classe feminina se sobressaindo no campo acadêmico, ou até mesmo, com uma qualificação igual ou maior que a classe masculina, ainda assim perpetua-se a desigualdade, seja ela salarial ou pela equivalência de cargos trabalhistas, resultando em um subjugamento da mulher. Dessa forma, é crucial a viabilização de políticas públicas voltadas a viabilizar condições mais justas para solucionar a questão ou até mesmo por um trabalho de conscientização dos empregadores com o objetivo de sanar esta disparidade ainda presente no contexto vigente, o que perpassa também pela regulação de legislações que atuem neste sentido.

Desse modo, ainda se observa, principalmente na contemporaneidade capitalista, o trabalho informal como um dos desafios que a classe trabalhadora tem enfrentado, bem como a reprodução sociocultural da divisão do trabalho produtivo e reprodutivo, além das inúmeras dificuldades que a classe feminina encontra em ter que conciliar o trabalho remunerado e a administração da família. Isto acarreta numa estagnação das mudanças sociais, principalmente no que diz respeito às relações

de gênero. Ou seja, é preciso que o modelo tradicional de divisão sexual do trabalho que vem sendo alimentado socialmente seja repensado, já que resulta em desvantagens para as mulheres.

É necessário mudanças nestes padrões culturais, a fim de ser construído uma nova identidade feminina capaz de empoderar e emancipar a própria classe, deixando claro que os afazeres domésticos podem e devem ser executados pelos homens. Sendo assim, a classe feminina poderá adentrar com mais efetividade nos espaços predominantemente ocupados pelos homens. Dito isto, os movimentos feministas são fundamentais nesta desconstrução patriarcal e desigual e devem ser postos em prática de forma engajada e contínua, a fim de conquistar de forma equitativa a igualdade de gênero e conscientizar mulheres que, em pleno século XXI, alimentam pensamentos machistas, vivem silenciadas e até mesmo submissas.

A mulher sofre com o acúmulo de funções, muitas vezes ocupando trabalhos extremamente cansativos e mal remunerados, submetendo-se a condições hiper exploratórias e desumanas, além do preconceito, discriminações, já que muitas destas não dispõem de alternativas melhores. Neste caso, como estão restritas a melhores possibilidades acabam submetendo-se à exclusão de alguns setores trabalhistas do que ficarem na inatividade. Yannoulas (2002, p. 28) pontua que:

[...] o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho está mais vinculado à expansão de atividades 'femininas' do que ao acesso a atividades 'masculinas'; as discriminações vertical e horizontal dos mercados de trabalho se reproduzem; a brecha salarial não foi reduzida (é maior quanto maior o nível de instrução); a taxa de desemprego feminina continua sendo superior à dos homens; e aumenta a presença de mulheres nas ocupações mais precárias.

No contexto vigente, a mulher expandiu-se no mercado de trabalho, ocupando cargos de destaque. Mas este aumento participativo está correlacionado também a expansão das atividades femininas, a exemplo do setor de serviços, persistindo as discriminações que são reproduzidas no mercado de trabalho. Além disso, o desemprego ainda permanece em larga escala para as mulheres, neste caso deixando-as muitas vezes em condições trabalhistas mais precarizadas. O trabalho informal também avança para as mulheres, que infelizmente não garante uma renda fixa e suficiente para que elas conquistem uma estabilidade financeira, além de não garantirem acesso a direitos trabalhistas e previdenciários. O fato é que por trás deste tipo de relação de trabalho, com a narrativa do empreendedorismo ou da autonomia, esta uma forma de subemprego altamente fragilizado que não garante condições financeiras ao trabalhador de garantir nem sua própria manutenção, quem dirá investir nem na sua formação.

Em suma, diante de todas as dificuldades já apontadas, convém também destacar a crise de sororidade, ou seja a ausência da irmandade entre as mulheres, existente na sociedade, já que, muitas mulheres ainda alimentam um discurso machista, misógino e que muitas vezes abraçam lutas maioritárias, ou seja, quando a luta social pertence a grupos minoritários, muitas mulheres por não pertencerem àquele grupo, não se sentem representadas, e por isto fragmentam estas lutas sociais, tornando-as individuais e por isso mais difíceis de serem sanadas. A própria sociedade, em um contexto histórico, sobretudo, com o advento do capitalismo, fez com que as mulheres se tornassem rivais, seja por padrões estéticos, concepções religiosas, questões socioeconômicas, cor, raça, orientação sexual, dentre outras situações.

No entanto, é preciso destacar que tais problemáticas relativas ao acesso em condições iguais ao mercado de trabalho por mulheres, não afeta igualmente as próprias mulheres e isso está associado ao fato de que a exclusão social, ainda que possa atingir diversos níveis sociais, porém, possui mecanismos seletivos. Ou seja, a mulher trabalhadora, negra e em estado de vulnerabilidade social, faz parte de uma categoria que está mais suscetível a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, sendo no item a seguir, relato a experiência de um projeto de intervenção que atua na problemática em questão, cujo público-alvo são mulheres inseridas no contexto de vulnerabilidade social.

#### **4 RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO “CURSOS PROFISSIONALIZANTES COMO PROPOSTA DE ENFRENTAMENTO DO DESEMPREGO”**

O projeto aqui relatado surgiu da necessidade de viabilizar meios de qualificação profissional para as mães desempregadas que são usuárias do CRAS, tendo em vista que o desemprego é muito gritante na cidade de Casinhas –PE e como consequência desta falta de renda observa-se também que a fome é outro fator que merece ser aqui destacada. Sendo assim, foi mostrada-se relevante desenvolver e executar o projeto de intervenção, a fim de formar profissionais para o mercado de trabalho, estimulando-as a conquistarem, por meio da educação, seus espaços no mercado de trabalho, mesmo que ainda este espaço em específico seja de exploração do trabalho e por vezes sem direitos trabalhistas. A princípio, esta foi uma ação que foi pensada a fim de amenizar o desemprego que se configura como uma das expressões da questão social.

O público-alvo do projeto de intervenção foi constituído de 10 (dez) mulheres mães, solteiras e desempregadas, que estão inseridas dentro da faixa etária de 20 a 40 anos de idade e que possuem cadastro no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Casinhas – PE e que eram beneficiárias, na época da realização do projeto de intervenção, do Auxílio Renda Brasil, cujo valor do benefício era de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Mulheres estas com perfil de vulnerabilidade socioeconômica e, em sua maioria, negras. O projeto de intervenção foi executado, em etapas, no período de 01/08/2022 e 22/08/2022.

Para realização do projeto de intervenção, uma série de recursos foram mobilizados, incluindo, os recursos humanos, o qual contou com a participação dos profissionais do equipamento em questão, dentre eles, uma Técnica Assistente Social, que auxiliou na aplicação dos questionários, bem como, na divulgação dos cursos ao público-alvo, por meio do uso slides, panfletos e conversas; uma outra Técnica Assistente Social, que auxiliou nos registros da execução do projeto, além de ajudar a selecionar o público-alvo e, a Técnica Psicóloga, que contribuiu na recepção e organização dessas mulheres em relação ao preenchimento dos questionários que foram aplicados. O projeto contou também com o apoio da Secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, que disponibilizou o espaço para realização da oficina com a temática emprego e renda, além de ter viabilizado o contato com os profissionais que ofertaram o curso de profissionalização, o que contribuiu no planejamento e execução do mesmo e, por fim, com o apoio da Prefeitura Municipal de Casinhas – PE, que contribuiu com o financiamento do lanche para as mulheres envolvidas no projeto, bem como, a todos os que se fizeram presentes.

Uma primeira análise proveniente da execução do projeto refere-se a importância do trabalho em equipe interdisciplinar, na perspectiva de somar os diversos saberes profissionais e esforços institucionais no atendimento das necessidades sociais da população. Sem a contribuição de todos os profissionais e instituições envolvidas, não teria sido possível executar o projeto, inclusive, diante da condição de que os meios e condições materiais, bem como, recursos humanos não estavam sob domínio da estadia discente, o que reflete a própria condição de autonomia relativa do Serviço Social, em que os meios e condições para a realização do exercício profissional estão sob domínio do empregador, aqui no caso, o Estado.

Relacione essa análise com alguma citação sobre a importância do trabalho interdisciplinar na assistência social e traga uma citação aqui.

Voltando para a descrição do projeto de intervenção, é válido destacar que a cidade em questão é de porte pequeno, com aproximadamente 15 mil habitantes, contendo 36 localidades e que os habitantes desta sobrevivem, em sua grande maioria, a partir dos programas de transferência de renda, como o Auxílio Brasil, Bolsa Família, além dos benefícios ofertados pelo CRAS e aposentadorias, sobretudo de trabalhadores rurais, pagas pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Dentre as diversas expressões da questão social encontradas no município, as que mais estão em evidência são a fome e o desemprego. Muitas famílias usuárias do CRAS são atendidas mensalmente para suprirem necessidades gritantes, como o acesso a alimentação e a moradia, a partir da retirada de cestas básicas e auxílio moradia. Essa realidade justifica necessidade de desenvolver intervenções profissionais em prol de amenizar tais expressões da questão social. Dessa forma, parte das famílias casinhenses se encontram em estado de vulnerabilidade socioeconômica, e muitas destas mulheres sofrem diariamente com diversas problemáticas, além de estarem presas a bolhas sociais que as sujeitam a várias questões, desde as sexuais, a submissões parentais, a um sistema ainda machista que as controlam e as reduzem aos afazeres domésticos e a criação dos filhos. Dito isto, é preciso que estas mulheres se desprendam destas concepções, bem como os homens e a própria sociedade, como afirma Lukács (2013, p. 611):

A sujeição sexual da mulher certamente constitui uma das bases mais fundamentais de sua sujeição em geral, tanto mais que as atitudes humanas que lhe correspondem não só desempenham um papel importante no mundo de representações e paixões dos homens, mas no decorrer de milênios penetraram profundamente na própria psicologia da mulher e se incrustaram ali. Por isso mesmo, a luta de libertação da mulher contra esse seu estranhamento não é, portanto, ontologicamente apenas uma luta voltada contra as aspirações de estranhamento que partem do homem, mas deve também visar a própria autolibertação interior.

Partindo desse pressuposto, é válido pontuar que as concepções de inferioridade da mulher são milenares, o que no decorrer do tempo, tornou-se naturalizada, desenvolvendo assim a desigualdade de gênero, até mesmo no âmbito trabalhista. Situação esta que deve ser desconstruída, libertando a mulher desta opressão e costume, que favorece a classe masculina. Por esta e outras razões, foi importante executar o projeto de intervenção a partir do CRAS, o que possibilitou não só uma capacitação para as mulheres, mas também, um momento de reflexão sobre suas condições e potencialidades, conforme podemos observar nas descrições das atividades que seguem.

A primeira atividade foi executada no dia 01/08/2022, por meio da apresentação dos cursos profissionalizantes disponíveis. Esta ação foi realizada no espaço do próprio CRAS, com o auxílio das técnicas assistentes sociais. Na ocasião, acolhemos estas mulheres na sala de atendimento, tendo sido realizada uma roda de conversa em que estas usuárias puderam questionar sobre os cursos ofertados, suas vantagens, objetivos e naturezas. A partir deste momento, ficou evidente a empolgação delas, principalmente pela diversidade de cursos ofertados. Para uma maior organização e eficácia deste primeiro momento, foram utilizados os recursos de Datashow, som, microfone, dentre outros, além de ter sido servido um lanche ao final do encontro. Diante disso, o primeiro momento de execução do projeto aconteceu de forma tranquila com dez mulheres participantes, uma vez que, a sala de atendimento é pequena.

Nesta primeira etapa, podemos enfatizar a importância de participação das usuárias do serviço desde o concebimento da proposta de intervenção que envolvam as mesmas, isso contribuiu para que a execução do projeto contasse, de fato, com a participação de todas, já que elas foram privilegiadas de participar de todos os momentos, desde a escolha da proposta, bem como, sendo cientificadas dos objetivos e direcionamentos que a ação ensejava. Isso evidencia a necessidade de tornar o planejamento profissional, seja em qual for o espaço sócio-ocupacional, participativo e acessível aos usuários, uma vez que o fim da ação profissional sempre será o atendimento das necessidades sociais deles, ainda que isso seja mediado também pelo atendimento das necessidades institucionais, que nem sempre são alinhadas as necessidades dos usuários, daí que o Serviço Social se insere nessa relação conflituosa de atender os interesses do empregador, no caso o Estado e, dos usuários. Portanto, [...] uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia profissional para perfilar o seu trabalho.” (IAMAMOTO, 2014, p. 424).

Dessa forma, o profissional é assujeitado a atender demandas institucionais, embora muitas vezes tendo consciência de que existem outras demandas mais urgentes, o que se configura, segundo Iamamoto (2014), como uma relativa autonomia. Diante disso, o que está como prioridade são os interesses estatais, o que resulta também na precarização do trabalho do assistente social, já que este empregador é quem dispõe dos meios e condições para a realização do exercício profissional. Nem sempre o atendimento das demandas institucionais se a viabilização de direitos dos usuários, principalmente quando se trata das necessidades mais básicas. Isso só aprofunda ainda mais as desigualdades sociais.

Na segunda atividade, desenvolvida no dia 08/08/2022, foi realizada uma reunião com as usuárias mães, tendo sido realizada a aplicação do questionário de identificação das usuárias, com levantamento de dados socioeconômicos, bem como, escolha do curso profissionalizante. A partir dos interesses indicados pelas próprias participantes, foi escolhido o curso de corte e costura.

Acerca da motivação da escolha do curso corte e costura, podemos inferir, a partir das nossas observações e análises, que tal escolha reflete uma predominância de atividades relativas à produção de roupas na própria região, já que a cidade fica situada nas proximidades da região considerada como polo produtivo têxtil do agreste, composto pelas cidades de Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru, todas no Pernambuco e que são marcadas pela exploração da força de trabalho em níveis degradantes.

Com efeito, a crença na recompensa dos salários mais elevados, diretamente proporcionais às longas jornadas de trabalho, se configura em ilusão durante o ciclo de vida do operário: se, na mocidade, ele aguenta essas longas jornadas em função do salário, na sua maturidade, ao contrário, e principalmente quando está próximo da aposentadoria, ele sente no corpo todo o peso do absurdo do excesso de trabalho a que foi submetido durante sua vida ativa. (LOPES, 1978, p. 96).

Diante disso, quando se fala em trabalho assalariado e as suas longas jornadas de trabalho, é perceptível a superexploração do trabalho, em que muitas pessoas, por estarem alienadas, ainda não conseguiram enxergar este barateamento de sua força de trabalho, nem tão pouco, refletir sobre as consequências deste esforço a longo prazo. O trabalho ainda continua sendo explorado, barateado e polivalente, o que implica no adoecimento, principalmente para as mulheres em estado de vulnerabilidade socioeconômica e que são mães solo.

Ainda nesta etapa, foram recolhidas as documentações delas, tendo sido feito xerox para anexar nas fichas de identificação e inscrição dos cursos profissionalizantes. Para este momento, foram utilizados os materiais canetas, papel A4, impressora, a sala de atendimento do CRAS, registros com uso de celulares e por fim, foi servido lanche. Toda esta etapa foi executada de forma organizada e tranquila, com a parceria dos profissionais do CRAS. Sendo assim, as usuárias preencheram, cada qual, a sua ficha de identificação. Porém, algumas participantes, esqueceram alguns documentos necessários, mas de imediato foram até suas residências buscarem. Fato este que foi muito enriquecedor, já que elas, a partir desta atitude, começaram a desnaturalizar suas funções domésticas e restrições que a sociedade as impõe, principalmente a marginalização, como relata Saffioti (1979, p. 79):

[...] é preciso não esquecer que entre um sistema produtivo de bens e serviços e a marginalização de uma categoria de sexo em relação a ele medeia a estrutura familiar na qual a mulher desempenha suas funções [consideradas] naturais e mais a de trabalhadora doméstica e socializadora dos filhos.

Nesta segunda etapa, podemos enfatizar também a importância da organização no exercício profissional, inclusive, acerca da documentação utilizada no âmbito profissional. Uma das formas de materialização do exercício profissional se dá exatamente a partir da realização da documentação das ações profissionais, o que inclui elaboração e manuseio de fichas, prontuários, registros diversos, bem como, os próprios documentos dos usuários, que passam a compor essa documentação profissional. Essa documentação possibilita sistematizar as informações que são mobilizadas durante a ação profissional e, ainda, contribuem para a evolução das ações que podem ser compartilhadas por outros profissionais, auxiliando também na avaliação e ajustes necessários.

Já a terceira atividade foi executada no dia 15/08/2022 e consistiu na realização do curso de capacitação profissionalizante, ministrado pelos profissionais responsáveis em espaço próprio da Secretaria de Assistência Social do Município. No início da atividade, as profissionais que ofertaram o curso de corte e costura foram apresentadas as participantes. Na ocasião, foram utilizados os recursos microfone, som e os equipamentos próprios da capacitação, dentre eles, as máquinas de costuras, tendo sido servido lanche ao final do curso. O principal objetivo desta terceira etapa foi de executar o passo a passo da aula teórica e

prática, no manuseio e conhecimento das máquinas especializadas em costurar o jeans. Porém, houve uma carência de máquinas, já que ficaram 02 (duas) usuárias por máquina, o que implicou na divisão das atividades orientadas pelas professoras.

A atividade foi desenvolvida com dois desafios: o primeiro, em relação ao espaço que é relativamente pequeno e o segundo desafio, foi a insuficiência de máquinas para um melhor desempenho das usuárias no curso. Porém, a aula foi ministrada e no final ocorreu tudo conforme o planejado. Percebemos uma grande empolgação na participação das usuárias em aprender naquele momento, o que tem relação com a necessidade de buscarem alternativas para melhorar suas condições de vida. Além disso, essa particularidade aqui relatada não está desconexa da tendência mundial do mundo trabalho, em que predomina a precarização das condições de vida e trabalho também em virtude da falta de qualificação. [...] há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de part-time, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural.” (ANTUNES, BRAGA, 2009, p. 43).

Por fim, a quarta e última atividade foi realizada no dia 22/08/2022, sendo executada uma oficina acerca da temática emprego e renda para as usuárias mães do CRAS que participaram dos demais momentos do projeto de intervenção. O objetivo desta última etapa foi transmitir conhecimento para as participantes relativa à temática, inclusive, momento este que contou com o relato das profissionais que ministraram o curso, sobre suas experiências exitosas no ramo do jeans, o que acabou provocando também um espaço de responder a determinadas dúvidas e curiosidades levantadas pelas participantes.

Este momento foi composto de muita troca de informações e crescimento profissional entre elas. Foram utilizados os recursos, som, microfone, *pen drive*, e, por fim, foi servido um lanche. O encerramento das etapas foi bem participativo, haja vista que, as usuárias fizeram muitas perguntas em relação a atuação profissional no ramo da confecção do jeans e ao mesmo tempo no que diz respeito a rentabilidade. Logo, estas atividades só fortalecem a emancipação das mulheres, contribuindo para que elas se libertem das amarras sociais e as encorajando para enfrentar um mundo ainda contaminado de desigualdade de gênero, mas que, sem dúvidas, podem também conquistar algumas melhorias.

A emancipação da mulher não é um ato de caridade, não resulta de uma posição humanitária ou de compaixão. A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição de seu triunfo. A Revolução tem por objetivo essencial a destruição do sistema de exploração, a construção duma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e que o reconcilia com o trabalho, com a natureza. É dentro deste contexto que surge a questão da emancipação da mulher. Samora Machel (1982, p. 18).

Devemos destacar que, observadas as limitações impostas pelas condições de vida destas mulheres e pelo próprio propósito limitado do projeto de intervenção, é possível, a partir da capacitação profissional, que elas consigam se inserir em processos produtivos relacionadas ao ramo da produção de roupas, que predomina na região. Sem o devido conhecimento e técnica sobre o processo de produção, torna-se ainda mais difícil conseguir uma vaga no mercado, além de impossibilitar que elas desenvolvam alguma atividade autônoma neste sentido, dada, inclusive a falta de recursos financeiros para obtenção dos equipamentos e matérias-primas necessárias, o que coloca em evidenciar a necessidade também de uma política de incentivo financeiros para estas.



Indiscutivelmente, reconhecemos que, ainda que ocorra a inserção destas no mercado de trabalho, todos os problemas não serão solucionados, até porque, como já problematizamos anteriormente, são precárias as condições em que esta inserção ocorre, sendo tendencialmente de forma precarizada e tendo que conciliar também com as demandas no âmbito do lar, no entanto, é uma forma de obtenção de renda que, para a realidade destas usuárias que participaram do projeto de intervenção, fará uma grande diferença e conseqüentemente pode contribuir na melhoria das suas condições de vida.

Portanto, a mulher precisa se autoconhecer para desenvolver suas potencialidades a fim de desconstruir padrões já impostos por séculos que as inferiorizam, limitam, escravizam e até as objetificam. No mundo do trabalho também não seria diferente, a luta social deve ser contínua, próspera a fim de garantir equidade social, igualdade de gênero e o fim do sistema machista, exploratório e injusto.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho, recuperamos de forma sucinta, a evolução histórica de lutas, desigualdades e conquistas das mulheres, sobretudo no mercado de trabalho, bem como as dificuldades delas no campo da capacitação profissional, principalmente quando elas são pertencentes a classe subalterna e são mães solo. Diante disso, ficou evidente que as primeiras inserções das mulheres no mercado de trabalho, foram no setor fabril, porém elas ainda tinham a obrigação de cuidarem da casa, tornando-as trabalhadoras polivalentes, na conciliação da dupla jornada de trabalho. E esta inserção só foi possível devido à ausência dos homens que partira para as guerras, e muitos deles quando voltavam, ficavam impossibilitados de trabalhar, já que chegavam muito feridos ou com algum tipo de deficiência, isto quando não morriam.

Dito isto, é possível entender que os movimentos feministas foram se intensificando em prol de conquistar igualdade social e trabalhista. A luta foi tão intensa que na década de 1990, no Brasil, elas conquistaram outras áreas trabalhistas, além das atividades operacionais. Logo, nos dias vigentes, a mulher vem se destacando e se qualificando para atender as necessidades exigidas pelo mercado de trabalho, mesmo ainda diante de um machismo que ainda se persiste na sociedade. A luta pela igualdade de gênero ainda se faz presente, mas que há de não mais existir em breve, graças a resiliência de muitas mulheres que já despertaram da condição de “Amélia”.

A partir do relato de experiência aqui apresentado e analisado, podemos inferir que a ação interventiva ali desenvolvida minimamente motivou as mulheres a fim de mudar as suas realidades sociais, buscando alternativas para garantir renda, uma vez que todas são beneficiárias de programas de transferência de renda do governo federal e, ainda, assistidas por benefícios eventuais do CRAS.

A partir disso, podemos inferir que o projeto desenvolvido foi de grande valia para este público, principalmente por elas optarem, pelo curso de corte e costura, pois na cidade existem alguns fábricas, que vez ou outra estão contratando pessoas para trabalhar, bem como, podendo ainda trabalhar de forma independente, ou até mesmo, traçar parcerias com as confecções do município ou de cidades circunvizinhas. Vale salientar que o curso ofertado de corte e costura consistiu na capacitação de corte e costura em peças jeans, pois nas cidades mais próximas, tais como Surubim e Toritama, esta última conhecida como a terra do jeans, a renda de

grande parte dos comerciantes é proveniente da comercialização das mais variadas peças em jeans, realidade esta que facilita ainda mais as possibilidades de emprego e renda para o público-alvo.

No entanto, estas usuárias podem alçar voos maiores, buscando uma maior especialização e aprofundamento no conhecimento de novas técnicas de corte e costura com outros tipos de tecido. É uma forma de, a longo prazo, diminuir com as expressões da questão social que essas famílias enfrentam, tais como fome, desemprego, ausência de moradia própria, dentre outras problemáticas, transformando, dessa forma, sua realidade social.

O projeto teve como principal meta, garantir o acesso a uma formação profissional as mulheres mães, usuárias do CRAS, na perspectiva de contribuir para uma maior autonomia com vistas a geração de emprego e renda, em prol de oferecê-las uma oportunidade de empregabilidade por meio, da participação delas nestes cursos, podendo ajudá-las em suas necessidades mais básicas. Partindo desse pressuposto, tal meta foi alcançada parcialmente tendo em vista que, enquanto algumas mulheres se dedicaram mais no processo de ensino aprendizagem, outras não se dedicaram o bastante, talvez seja porque a quantidade de máquinas era insuficiente para a quantidade de mulheres inscritas no curso.

Por fim, outra questão que pode ser refletida aqui é que por mais que se tenha outros cursos disponíveis, elas optaram por este porque na cidade vizinha existem alguns pontos de fabricos, o que facilitaria a inserção delas no mercado de trabalho, já que, a oferta de trabalho neste ramo é maior, pois a produção, principalmente do jeans, é intensa. Partindo disso, o jeans das cidades circunvizinhas é comercializado na própria região e até exportados para outros estados. Muitos adolescentes também estão inseridos desde cedo nas confecções, para ajudarem na renda em casa, tendo que se dividirem entre as responsabilidades educacionais e o trabalho, seja na produção, limpeza das peças, empacotamentos ou até mesmo na comercialização em feiras livres e boxes de roupas. Dito isso, é nítido que grande parte da renda dos trabalhadores da cidade e das cidades circunvizinhas são oriundas da fabricação de roupas, sobretudo do jeans.

No entanto, devemos destacar mais uma vez que, reconhecemos em que condições estas mulheres podem se inserir neste mercado de trabalho, inclusive, considerando que a particularidade desse trabalho na realidade da produção de roupa de bens é de superexploração da sua força de trabalho, com salários precarizados, sem garantias legais dada a predominância de trabalho sem carteira assinada. A superação desta realidade requer ações de dimensões maiores, as quais fogem do exercício profissional e da própria ação estatal. Mudar essa realidade requer uma ação revolucionária que modifique as bases estruturais, o que significa a própria superação do capitalismo, algo necessário e urgente.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R; BRAGA, R. (ORGS). **INFOPROLETÁRIADOS**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

CAMARGO, D. B. S. **Participação das Mulheres no Mercado de Trabalho**. 2010. 43 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, Assis, 2010. Disponível em:

<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0711260311.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

COUTINHO, D. C. M; ALVES, G. F; SANTOS, R. Trabalho e desemprego no capitalismo: reflexões para o Serviço Social. **O social em Questão**, n. 47, p. 129-150, 2020.

COSTA, S. S. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 969-978, 2020.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

DIOGO, M. F; COUTINHO, M. C. A dialética da inclusão/exclusão e o trabalho feminino. **Interações**, v. 11, n. 21, p. 121-142, 2006.

FONTELLES, Mauro José *et al.* Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista paraense de medicina**. V. 23, a 3, p.1-8, 2009.

FORTES, R. V. Gênese social e atualidade dos processos de inferiorização da mulher em Marx, Engels e Lukács. **Revista Katálisis**, v. 21, p. 441-451, 2018.

GUIGINSKI, J; WAJNMAN, S. A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 36, 2019. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/1418>. Acesso em: 25 jun. 2022.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LOPES, J. S. L. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARTINS, A. B; SILVA, J. C; VIEIRA, P. S. B. **Desigualdade de gênero no mercado de trabalho**. 2017. 55 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Instituto Tecnológico de Caratinga-Doctum, Minas Gerais, 2017.

MILANÊS, R. O trabalho das mulheres costureiras na zona rural do Agreste pernambucano. In: **IDeAS**. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020. p. 9.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, p. 420-437, 2011.

SCHWETHER, N. D; ALBUQUERQUE, M. A. V. **O Engajamento das Mulheres no Período de Redemocratização: Possíveis Mudanças na Agenda Política Brasileira**. 2017. 9º Congresso Latino-Americano de Ciência Política (ALACIP). Disponível em:

<https://consorciobdjur.stj.jus.br/vufind/Record/oai:bdjur.stj.jus.br.teste5:oai:localhost:bdjur-6864/Description#details>. Acesso em: 29 set. 2022.

SAFFIOTI, H. A questão da mulher na perspectiva socialista. **Lutas sociais**, n. 27, p. 82-100, 2011.

SEGNINI, L. R. P. Vivências de mulheres em situação de desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 4, p. 58-73, 2006. Disponível em: [http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n04/v20n04\\_05.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n04/v20n04_05.pdf). Acesso em: 25 jun. 2022.

## **AGRADECIMENTOS**

A Bárbara Figueredo Chagas, coordenadora do curso de Serviço Social, por seu empenho e responsabilidade.

Aos professores Fabrício Rodrigues e Alcione Ferreira pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e por toda dedicação.

Aos meus familiares, amigos e companheiros acadêmicos, em especial, Noêmia, Jacinta, Eduardo, Lidiane, Thayane, Evelyn, Maria Ferreira, pelo apoio e incentivo nesta caminhada.

Aos professores do Curso serviço Social da UEPB, em especial, Alcione Ferreira, Anderson Nayan, Bárbara Figueredo, e Lucas, que contribuíram ao longo de trinta meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa e por fim, a todos os funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

# ANEXOS – FOTOS DA EXECUÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

